

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO LATINO-AMERICANO DE PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM SAÚDE

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil tornam público, para o conhecimento de interessados, a 5ª edição da iniciativa do Laboratório de Inovação em Saúde (LIS) que abordará Práticas de Participação Social em Saúde na América Latina e Caribe e disponibiliza o regulamento para esse processo de seleção. As inscrições podem ser realizadas até o dia 28 de fevereiro de 2023.

O QUE SÃO LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO?

A estratégia do Laboratório de Inovação em Saúde (LIS) foi idealizada pela OPAS/OMS no Brasil, em 2008, para agregar uma nova ferramenta nas atividades de cooperação técnica a partir da compreensão de que diversas inovações são produzidas no Sistema Único de Saúde (SUS) para atender às necessidades em saúde das populações nos diversos territórios. Os Laboratórios de Inovação têm como propósito a identificação, a sistematização, a troca de conhecimentos e a divulgação de experiências que agregam valor aos serviços e às práticas cotidianas de saúde. Entende-se que os LIS possam ser uma ferramenta útil também para a compreensão e o desenvolvimento de soluções criativas que atendam às necessidades dos sistemas de saúde dos demais países da Região. Pela 2ª vez, a iniciativa do LIS abrangerá experiências internacionais, em especial, da América Latina e do Caribe, propiciando o intercâmbio das experiências bem-sucedidas entre os países. A primeira iniciativa aconteceu em 2011, quando o CNS e a OPAS/OMS no Brasil realizaram o “Laboratório de Inovação sobre a Inclusão de Cidadãos na Implementação de Políticas Públicas de Saúde”, que resultou no reconhecimento público de dezessete experiências – doze brasileiras e cinco internacionais – sobre participação social em saúde e em outros setores da gestão pública. Conheça mais em <https://apsredes.org/edicoes-participacao-social/>.

Nesta edição, o LIS busca captar e documentar os conhecimentos considerados bem-sucedidos e inovadores das experiências desenvolvidas de participação social nos âmbitos da elaboração e implementação das políticas de saúde, do monitoramento da gestão, da atenção e dos resultados de saúde, além da mobilização e da formação de lideranças, e que apresentam contribuições para a melhoria dos processos de trabalho, dos serviços e dos sistemas de saúde,

colaborando para a efetivação do direito humano à saúde. Por meio deste Edital pretende-se também gerar conhecimentos de forma ascendente sobre o controle social e a participação social como subsídios para fortalecer políticas dos sistemas de saúde dos países da América Latina e Caribe, na perspectiva de sistemas comparados de saúde.

JUSTIFICATIVA

A percepção de que a saúde humana, individual e social é necessária para garantia do desenvolvimento sustentável ganha grande força em meados do século XX, propondo a extrapolação de sistemas previdenciários e a construção de sistemas universais e integrais de saúde. No contexto da América Latina, o Brasil, no final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, desenvolve uma experiência de mobilização social que lutou pela construção de um sistema de saúde universal arquitetando o SUS, que tem na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), na Constituição 1988 e nas Leis nºs 8080 e 8142 (1990) seus principais marcos históricos e legais. Em períodos distintos, podemos identificar reformas sanitárias nos demais países do continente americano, que incluíram sob diferentes perspectivas a participação como elemento importante para o funcionamento de seus sistemas de saúde.

Diferentes formatos e experiências de participação social em saúde são desenvolvidas na América Latina. Estudos de bibliometria e cientometria, bem como revisões bibliográficas sobre o tema indicam que podem ser desenhados dois campos de pesquisa em participação social em Saúde. Um deles, possivelmente o mais antigo, é a “participação comunitária em saúde” que reúne experiências de vivência comunitária, práticas de cuidados, saberes ancestrais, relação entre profissionais de saúde e usuários e até mesmo práticas de pesquisa que envolvem a participação comunitária. Outro campo é a participação na formulação, fiscalização e avaliação de políticas públicas de saúde. Este campo, mais recente, se desenvolve no final do século XX e início do século XXI, juntamente com o debate e constituição de sistemas públicos de saúde, acompanhados da discussão sobre a democratização, a participação social, o *advocacy* e o *accountability* nos ciclos das políticas públicas.

Embora sejam identificadas pesquisas nestes dois campos de participação social em saúde, é necessário ressaltar que as experiências são mais diversas e múltiplas, integrando estes dois campos de forma dinâmica e criativa. Neste

sentido a criação do “Laboratório de Inovação Latino-Americano de Práticas de Participação Social em Saúde” se constitui numa iniciativa para mapear, sistematizar, visibilizar, gerar trocas e aprendizados a partir das mais diversas e específicas práticas de participação social em saúde.

O tema da participação é reconhecido não apenas no campo acadêmico, mas também pelos países da Região das Américas como central para a construção de sistemas de saúde que tenham como objetivo a garantia da saúde como direito universal. A Estratégia de Saúde Universal, pactuada pelos países americanos em 2014, propõe quatro linhas estratégicas para orientar a transformação dos sistemas de saúde rumo à universalidade: 1 – expansão do acesso equitativo a serviços de saúde abrangentes, de qualidade e centrados nas pessoas e comunidades; 2 – fortalecimento da gestão e da governança; 3 – aumento e melhoria do financiamento, promoção da equidade e da eficiência e eliminação do desembolso direto por parte dos usuários; e 4 – fortalecimento de ações intersetoriais para abordar os determinantes sociais da saúde. Neste bojo, reconhece que as experiências mais exitosas rumo à Saúde Universal têm tido como base o diálogo e o debate aberto, com a participação de toda a sociedade e que a transformação dos sistemas de saúde requer o engajamento social e mecanismos claros para inclusão e prestação de contas, participação multissetorial, identificação de necessidades e prioridades, além de ferramentas para estabelecer consensos entre os diferentes atores sociais. O diálogo e a participação social no desenvolvimento de políticas devem garantir que determinados interesses não se sobreponham a outros, exceto aqueles que busquem a equidade e o bem comum.

A América Latina é povoada por diversas experiências de sistemas e políticas de saúde, onde o estado e o mercado cumprem papéis com maior ou menor amplitude em cada um deles. Da mesma forma, o acesso da população aos serviços e a integralidade da saúde é muito desigual espelhando, em grande medida, as desigualdades sociais vivenciadas pela população. Nestes contextos, o envolvimento da população para a garantia de condições de saúde, seja na reivindicação, construção e efetivação de políticas públicas ou no engajamento em ações diretas de promoção, prevenção e recuperação da saúde é, ao mesmo tempo, uma marca e estratégia desenvolvidas por diferentes atores políticos e sociais.

OBJETIVO

O objetivo do “Laboratório de Inovação Latino-Americano de Práticas de Participação Social em Saúde” é contribuir para identificar, sistematizar, visibilizar e reconhecer experiências exitosas de participação e engajamento social em políticas públicas e práticas em saúde voltados ao aprimoramento das condições e dos serviços de saúde, gerando trocas e aprendizados entre os atores sociais envolvidos que potencializem sua ação local, regional, nacional ou internacional.

LINHAS PARA INSCRIÇÃO E ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS

As experiências serão reunidas a partir de dois eixos.

EIXO A – Participação e controle social em políticas públicas de saúde:

Este eixo compreende a participação como um processo de fortalecimento da democracia e como um direito dos cidadãos de tomar parte das decisões sobre a organização e as prioridades das políticas públicas. Envolve ações para a ativação, estímulo ou qualificação da participação em espaços institucionais de participação, tais como conselhos, conferências, grupos de trabalho, mesas de negociação, orçamento participativo etc. Este eixo inclui experiências relacionadas a cursos de formação e capacitação que instruem a população sobre o funcionamento do Estado e as dinâmicas políticas da sociedade, ações de educação permanente e iniciativas inovadoras que estimulem a comunicação entre a população e os governantes, a transparência e a descentralização das decisões políticas relacionadas à saúde, o bem-estar e os direitos humanos.

Temas relacionados ao Eixo A:

A1 - Formação e Educação Permanente para a participação social

A2 - Fiscalização e Monitoramento de Políticas Públicas e indicadores de saúde

A3 - Gestão participativa do sistema sanitário

A4 - Fortalecimento da relação ensino, pesquisa e participação social

EIXO B - Participação e engajamento comunitário em práticas de saúde:

Este eixo compreende a participação como uma ferramenta para alcançar melhores resultados nos indicadores e condições de saúde por meio da mobilização comunitária e da valorização dos saberes populares. As experiências

neste eixo envolvem ações de educação popular em saúde, mobilização comunitária, análises situacionais de saúde em uma perspectiva participativa e ações coletivas inovadoras que busquem transformações da saúde e seus determinantes sociais, como doença, risco, pobreza, meio ambiente, vulnerabilidades etc. Este eixo destina atenção especial aos elementos culturais e às experiências participativas de promoção da saúde e diagnósticos situacionais, bem como a presença de práticas participativas na prevenção e vigilância em saúde.

Temas relacionados ao Eixo B:

B1- Educação popular em saúde, mobilização comunitária, análises situacionais de saúde em uma perspectiva participativa;

B2- Ações coletivas inovadoras que busquem transformações da saúde e seus determinantes sociais;

B3 – Experiências e prática participativas que abordem elementos culturais e promoção da saúde, elaboração de diagnósticos situacionais, de prevenção e de vigilância em saúde.

QUEM PODE PARTICIPAR?

Poderão participar experiências de participação em nível local, regional ou nacional de todos os países da América Latina e Caribe, com envolvimento institucional (organizações públicas, estatais, igrejas, instituições de ensino, etc.) ou não-institucional, como aquelas desenvolvidas por coletivos e populações específicas.

Serão selecionadas vinte experiências, sendo dez em cada eixo.

COMO PARTICIPAR?

As experiências devem ser inscritas por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponível no link: www.apsredes.org

As inscrições são gratuitas e poderão ser efetuadas até o dia 15 de dezembro de 2022. Cada proponente poderá submeter uma experiência por eixo. Para cada experiência deverá ser realizada uma inscrição por meio do formulário eletrônico.

A inscrição deve contemplar obrigatoriamente todos os itens do formulário, incluindo indicação do eixo e do tema ao qual a experiência se refere. Para participar do LIS, a experiência deve ter sido realizada ou estar em andamento até a data de publicação deste Edital.

Cada experiência poderá ter até 5 (cinco) autores, sendo um identificado como Autor Principal. Demais participantes da experiência poderão ser identificados em campo específicos, porém serão considerados formalmente apenas 5 coautores. O Autor Principal pode ser um participante da experiência ou representante de instituição/organização que contribui para a viabilização da mesma. O Autor deve identificar no formulário a qual instituição está vinculado e o seu cargo.

Os pontos abaixo estão elencados para auxiliar os autores na inscrição das experiências. Eles serão considerados para a seleção:

- Título da experiência;
- Local da experiência;
- Abrangência de atuação da experiência (local, municipal, regional, estadual, nacional, internacional);
- Data de início da experiência;
- Autor(a) do relato (1 principal e até 5 coautores);
- Contexto no qual se desenvolve a experiência (características do território, população, instituições, etc);
- Diagnóstico e análise do problema enfrentado;
- Justificativa da necessidade de mudanças;
- Importância da participação social para a solução do problema;
- Objetivos da experiência;
- Como a experiência foi desenvolvida? Ações e metodologia;
- Envolvimento e mobilização de instituições e parceiros na execução da experiência;
- Principais resultados alcançados com a ação (o que mudou para melhor?);

- Principais desafios persistentes (o que segue sendo desafio apesar da ação empreendida?):
- Ações de sensibilização, comunicação, informação, educação em saúde e educação permanente;
- Sustentabilidade da solução implantada (quais são as garantias de que a experiência é sustentável ao longo do tempo desde os pontos de vista técnico, político, financeiro, social, etc?);
- Outras pessoas envolvidas na experiência (equipe, parceiros, etc).

Os grupos e as instituições que tiverem seus projetos selecionados participarão do processo de intercâmbio, por meio de oficinas e troca de experiências, dentro do desenvolvimento proposto pelo LIS, e receberão um certificado de reconhecimento do projeto.

O presente Laboratório se propõe a organizar um acervo contendo as experiências consideradas pela comissão organizadora como estruturadas, bem documentadas e bem-sucedidas, visando subsidiar as etapas de intercâmbio e debates que se sucederão.

As experiências consideradas como de destaque comporão uma publicação organizada pelo CNS e pela OPAS/OMS no Brasil, parte da Série NavegadorSUS.

Cronograma:

Inscrições: até 28/fev/23

Análise das propostas inscritas: março/23

Divulgação das propostas selecionadas: março/23

Diálogo entre as experiências selecionadas: de março a abril/23

Seminário de Encerramento: maio/23